



SEFAZ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ AL

Auditor Fiscal da Administração
Tributária Estadual
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-AL**, cargo de **Auditor Fiscal da Administração Tributária Estadual**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/gueu8KYJXrxhz2sJ7>

01 - ☐ C ☐ E	21 - ☐ C ☐ E	41 - ☐ C ☐ E	61 - ☐ C ☐ E	81 - ☐ C ☐ E	101 - ☐ C ☐ E	121 - ☐ C ☐ E	141 - ☐ C ☐ E
02 - ☐ C ☐ E	22 - ☐ C ☐ E	42 - ☐ C ☐ E	62 - ☐ C ☐ E	82 - ☐ C ☐ E	102 - ☐ C ☐ E	122 - ☐ C ☐ E	142 - ☐ C ☐ E
03 - ☐ C ☐ E	23 - ☐ C ☐ E	43 - ☐ C ☐ E	63 - ☐ C ☐ E	83 - ☐ C ☐ E	103 - ☐ C ☐ E	123 - ☐ C ☐ E	143 - ☐ C ☐ E
04 - ☐ C ☐ E	24 - ☐ C ☐ E	44 - ☐ C ☐ E	64 - ☐ C ☐ E	84 - ☐ C ☐ E	104 - ☐ C ☐ E	124 - ☐ C ☐ E	144 - ☐ C ☐ E
05 - ☐ C ☐ E	25 - ☐ C ☐ E	45 - ☐ C ☐ E	65 - ☐ C ☐ E	85 - ☐ C ☐ E	105 - ☐ C ☐ E	125 - ☐ C ☐ E	145 - ☐ C ☐ E
06 - ☐ C ☐ E	26 - ☐ C ☐ E	46 - ☐ C ☐ E	66 - ☐ C ☐ E	86 - ☐ C ☐ E	106 - ☐ C ☐ E	126 - ☐ C ☐ E	146 - ☐ C ☐ E
07 - ☐ C ☐ E	27 - ☐ C ☐ E	47 - ☐ C ☐ E	67 - ☐ C ☐ E	87 - ☐ C ☐ E	107 - ☐ C ☐ E	127 - ☐ C ☐ E	147 - ☐ C ☐ E
08 - ☐ C ☐ E	28 - ☐ C ☐ E	48 - ☐ C ☐ E	68 - ☐ C ☐ E	88 - ☐ C ☐ E	108 - ☐ C ☐ E	128 - ☐ C ☐ E	148 - ☐ C ☐ E
09 - ☐ C ☐ E	29 - ☐ C ☐ E	49 - ☐ C ☐ E	69 - ☐ C ☐ E	89 - ☐ C ☐ E	109 - ☐ C ☐ E	129 - ☐ C ☐ E	149 - ☐ C ☐ E
10 - ☐ C ☐ E	30 - ☐ C ☐ E	50 - ☐ C ☐ E	70 - ☐ C ☐ E	90 - ☐ C ☐ E	110 - ☐ C ☐ E	130 - ☐ C ☐ E	150 - ☐ C ☐ E
11 - ☐ C ☐ E	31 - ☐ C ☐ E	51 - ☐ C ☐ E	71 - ☐ C ☐ E	91 - ☐ C ☐ E	111 - ☐ C ☐ E	131 - ☐ C ☐ E	151 - ☐ C ☐ E
12 - ☐ C ☐ E	32 - ☐ C ☐ E	52 - ☐ C ☐ E	72 - ☐ C ☐ E	92 - ☐ C ☐ E	112 - ☐ C ☐ E	132 - ☐ C ☐ E	152 - ☐ C ☐ E
13 - ☐ C ☐ E	33 - ☐ C ☐ E	53 - ☐ C ☐ E	73 - ☐ C ☐ E	93 - ☐ C ☐ E	113 - ☐ C ☐ E	133 - ☐ C ☐ E	153 - ☐ C ☐ E
14 - ☐ C ☐ E	34 - ☐ C ☐ E	54 - ☐ C ☐ E	74 - ☐ C ☐ E	94 - ☐ C ☐ E	114 - ☐ C ☐ E	134 - ☐ C ☐ E	154 - ☐ C ☐ E
15 - ☐ C ☐ E	35 - ☐ C ☐ E	55 - ☐ C ☐ E	75 - ☐ C ☐ E	95 - ☐ C ☐ E	115 - ☐ C ☐ E	135 - ☐ C ☐ E	155 - ☐ C ☐ E
16 - ☐ C ☐ E	36 - ☐ C ☐ E	56 - ☐ C ☐ E	76 - ☐ C ☐ E	96 - ☐ C ☐ E	116 - ☐ C ☐ E	136 - ☐ C ☐ E	156 - ☐ C ☐ E
17 - ☐ C ☐ E	37 - ☐ C ☐ E	57 - ☐ C ☐ E	77 - ☐ C ☐ E	97 - ☐ C ☐ E	117 - ☐ C ☐ E	137 - ☐ C ☐ E	157 - ☐ C ☐ E
18 - ☐ C ☐ E	38 - ☐ C ☐ E	58 - ☐ C ☐ E	78 - ☐ C ☐ E	98 - ☐ C ☐ E	118 - ☐ C ☐ E	138 - ☐ C ☐ E	158 - ☐ C ☐ E
19 - ☐ C ☐ E	39 - ☐ C ☐ E	59 - ☐ C ☐ E	79 - ☐ C ☐ E	99 - ☐ C ☐ E	119 - ☐ C ☐ E	139 - ☐ C ☐ E	159 - ☐ C ☐ E
20 - ☐ C ☐ E	40 - ☐ C ☐ E	60 - ☐ C ☐ E	80 - ☐ C ☐ E	100 - ☐ C ☐ E	120 - ☐ C ☐ E	140 - ☐ C ☐ E	160 - ☐ C ☐ E

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/e25qph>

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4yo9Gly>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**MATEMÁTICA FINANCEIRA***Eduardo Mocellin*

1. Julgue o item a seguir, relativo a juros simples.

Considere que um capital tenha sido aplicado à taxa de juros simples de 18% ao semestre. Nesse caso, os juros acumulados passarão a representar 75% do montante antes de completados 8 anos de aplicação.

2. Uma distribuidora de combustíveis contratou um empréstimo de R\$ 210.000,00, a ser quitado em um único pagamento, ao final de um ano, à taxa de juros de 20% ao ano. No ato da contratação, a instituição financeira reteve R\$ 10.000,00 do valor contratado, a título de tarifa de abertura de crédito e de tributos, e liberou à empresa somente o valor restante. No período do empréstimo, a inflação foi de 5%.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Descontados os efeitos da inflação, o custo efetivo do empréstimo para a distribuidora foi de 20% ao ano.

3. Uma empresa pretende antecipar em 5 meses o recebimento de uma duplicata. Consultados dois bancos, verificou-se que o banco A adota o desconto comercial simples e o banco B adota o desconto racional simples, ambos à taxa de 2% ao mês, e que o desconto cobrado pelo banco A superaria em R\$ 250,00 o desconto cobrado pelo banco B.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O valor nominal da duplicata é superior a R\$ 27.000,00.

4. Para regularizar um débito de ICMS, um contribuinte pode optar entre o pagamento à vista de R\$ 45.000,00 e o parcelamento desse valor em 6 prestações mensais, iguais e consecutivas, a primeira delas com vencimento na data da adesão ao parcelamento, com juros compostos de 2% ao mês.

Considerando essa situação hipotética e 0,888 como valor aproximado de $1,02^{-6}$, julgue o item a seguir.

Caso opte pelo parcelamento, o contribuinte pagará prestações de valor superior a R\$ 8.000,00.

5. Para renovar sua frota, uma cooperativa de transporte obteve financiamento de R\$ 360.000,00, a ser quitado em 24 prestações mensais e consecutivas, a primeira delas com vencimento um mês após a liberação do crédito, à taxa de juros compostos de 1,5% ao mês, pelo sistema de amortização misto (SAM).

Com base nessa situação hipotética e considerando 0,7 como valor aproximado de $1,015^{-24}$, julgue o item a seguir.

O valor da nona prestação desse financiamento será inferior a R\$ 18.500,00.

DIREITO CONSTITUCIONAL*João Trindade*

6. Se uma lei estadual contrariar dispositivo da Constituição Federal que é de observância obrigatória para os Estados, pode contra ela ser ajuizada ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça estadual.

7. No âmbito da ordem econômica, cabe ao Estado exercer as funções de fiscalização, normatização, regulação e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.

8. Não cabe ação declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal em relação a leis estaduais.
9. É inconstitucional a exigência de depósito prévio como condição de admissibilidade de recursos administrativos.
10. Considere que uma empresa venceu, com trânsito em julgado, uma ação declaratória de inexigibilidade de IPVA em relação à sua frota de veículos, uma vez que foi reconhecida incidentalmente a inconstitucionalidade da lei estadual que tributava essa propriedade. Três anos depois do trânsito em julgado, o STF julgou que essa lei, na verdade, era constitucional. Nessa situação, diante do trânsito em julgado, a lei continuará a não ser aplicada nos exercícios tributários futuros.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

11. No que se refere à extinção dos atos administrativos, especialmente quanto às hipóteses de anulação e revogação, julgue o item a seguir.

A revogação de ato administrativo, por decorrer de juízo discricionário de conveniência e oportunidade, pressupõe a existência de ato válido e eficaz, sendo juridicamente admissível sua utilização para extinguir atos que apresentem vícios de legalidade, desde que a Administração considere inadequada a manutenção de seus efeitos e observe os direitos adquiridos

12. No que se refere ao abuso de poder, considere a situação hipotética a seguir.

Ricardo exerce o cargo de agente de fiscalização do Município Alfa e possui competência legal para aplicar multas administrativas aos

estabelecimentos comerciais que descumprirem determinadas normas sanitárias.

A legislação municipal estabelece que, conforme a gravidade da infração, a multa poderá variar entre R\$ 5.000,00 e R\$ 80.000,00. Durante fiscalização realizada no estabelecimento de Helena, Ricardo constatou infração de elevada gravidade e, embora reconhecesse expressamente a existência do limite máximo previsto em lei, entendeu que esse valor seria insuficiente para desestimular condutas semelhantes.

Por essa razão, aplicou multa de R\$ 250.000,00, justificando que a proteção do interesse coletivo autorizaria excepcionalmente a superação dos limites estabelecidos para sua competência sancionatória.

Considerando as espécies de abuso de poder, julgue o seguinte item.

A conduta de Ricardo caracteriza excesso de poder, pois, embora o agente possuísse competência para aplicar multas, extrapolou os limites jurídicos dessa atribuição ao impor penalidade superior ao valor máximo admitido pela legislação, produzindo vício relacionado ao elemento competência

13. No que se refere à responsabilidade civil do Estado pelos danos causados a terceiros, em especial quanto aos requisitos para sua configuração, julgue o item a seguir.

Os danos causados a particulares por condutas lícitas de agentes estatais, praticadas no exercício regular da atividade administrativa, não ensejam reparação, pois, ausente a ilicitude, não há que se falar em responsabilidade civil do Estado, sob pena de inviabilizar a atuação administrativa

14. A respeito da organização da Administração Pública, considere a situação hipotética a seguir.

Determinada autarquia federal, responsável pela fiscalização de atividades econômicas, promoveu uma reestruturação administrativa com o objetivo de ampliar sua atuação territorial.

Para tanto, instituiu superintendências regionais, às quais atribuiu competências específicas para a prática de atos administrativos e a execução de atividades fiscalizatórias, preservando a vinculação dessas unidades à estrutura organizacional da própria entidade.

Em relação às formas de descentralização e de desconcentração, julgue o seguinte item.

Nessa situação, a criação das superintendências regionais caracteriza hipótese de descentralização administrativa, uma vez que a desconcentração pressupõe a distribuição interna de competências entre órgãos integrantes da Administração Pública Direta, não sendo aplicável às entidades dotadas de personalidade jurídica própria

15. No que se refere ao controle da Administração Pública, considerando suas modalidades, fundamentos e limites constitucionais e administrativos, julgue o item a seguir.

O controle de mérito dos atos administrativos, por envolver análise de conveniência e oportunidade, pode ser exercido indistintamente pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sempre que houver alegação de violação a direitos fundamentais

a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Sobre o CPC 04 (R1), que trata de Ativo Intangível, julgue o item seguinte.

17. Podem existir tanto fatores econômicos como legais influenciando a vida útil de ativo intangível. Os fatores econômicos determinam o período durante o qual a entidade receberá benefícios econômicos futuros, enquanto os fatores legais podem restringir o período durante o qual a entidade controla o acesso a esses benefícios. A vida útil a ser considerada deve ser o menor dos períodos determinados por esses fatores.

Sobre o CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, julgue o item seguinte.

18. Um evento que não gera imediatamente uma obrigação não pode gerá-la em data posterior, por força de alterações na lei.

Sobre o CPC 27, que trata de Ativo Imobilizado, julgue o item seguinte.

19. Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu valor justo.

Sobre o CPC 01 (R1), que trata da Redução ao Valor Recuperável de Ativos, julgue o item seguinte.

20. Se não há razão para acreditar que o valor em uso de um ativo exceda materialmente seu valor justo líquido de despesas de venda, o valor justo líquido de despesas de venda do ativo pode ser considerado como seu valor recuperável.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

De acordo com a Lei 6.404/1976 e suas alterações, julgue a assertiva seguinte.

16. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social,

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fábio Dutra*

- 21.** É constitucional que a base de cálculo de uma taxa utilize um ou mais elementos integrantes da base de cálculo de determinado imposto, desde que não exista identidade integral entre as duas bases.
- 22.** A atribuição, pelo Estado, da função de arrecadar tributos a uma instituição financeira privada caracteriza delegação da competência tributária, razão pela qual somente poderia ser realizada por lei complementar.
- 23.** A imunidade conferida aos livros alcança a importação e a comercialização de livros eletrônicos e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores digitais, ainda que esses aparelhos apresentem funcionalidades acessórias relacionadas à leitura.
- 24.** Alberto, domiciliado no Estado Alfa, doou determinada quantia em dinheiro a Beatriz, domiciliada no Estado Beta. Nessa situação, o ITCMD sobre a doação compete ao Estado Beta, por ser o local do domicílio da donatária.
- 25.** Determinada empresa declarou débito de ICMS, mas não efetuou o pagamento nem obteve suspensão de sua exigibilidade. Ao solicitar certidão de regularidade fiscal, teve seu pedido recusado pelo Estado. A recusa foi legítima, considerando a jurisprudência do STJ.
- 26.** Atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, o Poder Executivo pode modificar as alíquotas dos impostos de importação, exportação, renda, produtos industrializados e operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários.

27. O contribuinte Fulano obteve uma decisão judicial transitada em julgado na qual foi reconhecido que um valor pago por ele há 3 anos era indevido. Com isso, Fulano pode pleitear administrativamente a restituição do indébito reconhecido na via judicial.

28. A União transferiu a determinado Município a fiscalização e a cobrança do ITR incidente sobre os imóveis rurais situados em seu território. Porém, o Município não poderá reduzir o imposto como forma de incentivar a produção agrícola local.

29. Na ausência de disposição expressa, a autoridade responsável pela aplicação da legislação tributária poderá utilizar a equidade para dispensar o pagamento de tributo devido, desde que demonstre a excepcionalidade do caso concreto.

30. À exceção do imposto de importação, imposto de exportação e do IBS, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE*Carlos Henrique*

31. Em determinada unidade da administração tributária, o número de processos fiscais concluídos por cinco servidores, em um determinado período, foi igual a 12, 15, 18, 20 e 25. Considerando esses cinco valores como uma população, a média e a variância populacional do número de processos concluídos são, respectivamente, iguais a 18 e 20.

33. Considere o conjunto de dados 4,6,8,10,12. Se cada observação for multiplicada por 3 e, em seguida, for adicionada a constante 2 a cada resultado, a nova média será igual a 26 e a nova variância populacional será igual a 18.

34. Os valores arrecadados, em milhares de reais, por uma unidade fiscal em quatro períodos foram 10,12,14 e 20. Considerando esses valores como uma população, a média é igual a 14 e a mediana é igual a 13. Se o maior valor for substituído por 14, a média será reduzida em 1,5 e a mediana permanecerá inalterada.

35. Em uma fiscalização, 40% dos estabelecimentos selecionados apresentaram alguma irregularidade tributária, enquanto 25% apresentaram irregularidade tanto tributária quanto cadastral. Sabendo que 50% dos estabelecimentos apresentaram irregularidade cadastral, a probabilidade de um estabelecimento escolhido ao acaso apresentar irregularidade tributária ou cadastral é igual a 65%.

36. Em determinado procedimento de fiscalização, 30% dos processos apresentam inconsistências documentais, e 40% dos processos apresentam inconsistências cadastrais. Sabendo-se que 15% dos processos apresentam simultaneamente os dois tipos de inconsistência, a probabilidade de um processo que apresenta inconsistência cadastral também apresentar inconsistência documental é igual a 37,5%.

37. Em uma população de processos tributários, 60% são processos de fiscalização e 40% são processos de restituição. Entre os processos de fiscalização, 30% são encaminhados para análise complementar, enquanto, entre os processos de restituição, 20% são encaminhados para essa análise. Nesse cenário, selecionando-se aleatoriamente um processo que tenha sido encaminhado para análise complementar, a probabilidade de ele ser um processo de fiscalização é igual a 69,2%, aproximadamente.

38. Uma população é composta por 12 contribuintes, dos quais 5 possuem determinado perfil de risco

fiscal e 7 não o possuem. Se forem selecionados, sem reposição, 3 contribuintes por amostragem aleatória simples, a probabilidade de que exatamente 2 dos selecionados possuam o referido perfil é igual a 35/220.

39. Uma população de 2.000 contribuintes é dividida em três estratos, contendo, respectivamente, 800, 600 e 600 contribuintes. Deseja-se selecionar uma amostra estratificada proporcional de 200 contribuintes. Nesse caso, deverão ser selecionados, respectivamente, 80, 60 e 60 contribuintes dos três estratos.

40. Uma base cadastral contém 1.500 contribuintes, organizados em uma lista, e deseja-se selecionar sistematicamente uma amostra de 150 contribuintes. Utilizando-se o procedimento usual de amostragem sistemática, o intervalo de seleção será igual a 10. Se o primeiro elemento selecionado for o de número 6, o último elemento selecionado será necessariamente o de número 1.500.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

Em 1º/1/2025, uma autarquia estadual adquiriu, por R\$ 120.000, um equipamento de fiscalização com vida útil estimada em dez anos e valor residual de R\$ 20.000, depreciado pelo método das quotas constantes a partir da data em que ficou disponível para uso, que coincidiu com a aquisição.

Com base nessa situação hipotética e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir.

41. Em 31/12/2026, a depreciação acumulada do equipamento corresponderá a R\$ 20.000 e o seu valor contábil líquido, a R\$ 100.000, uma vez que o valor residual não integra a base depreciable.

42. Caso, em 31/12/2026, o valor recuperável do equipamento seja estimado em R\$ 90.000, a autarquia deverá reconhecer perda por redução ao valor recuperável de R\$ 10.000, a qual, por configurar reavaliação negativa, será registrada diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado patrimonial.

No que se refere à mensuração de ativos no setor público, julgue o item que se segue.

43. Os gastos incorridos por uma secretaria de fazenda na fase de pesquisa de um sistema informatizado de arrecadação, desenvolvido internamente, poderão ser reconhecidos como ativo intangível, desde que a entidade demonstre a intenção de concluir o projeto e a disponibilidade de recursos para tanto.

Determinado estado figura como réu em ação judicial movida por servidores, com pedido de R\$ 2 milhões. A procuradoria do estado classificou a probabilidade de perda como possível, e o contador, invocando a prudência, reconheceu provisão no passivo pelo valor integral do pedido.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

44. O procedimento adotado pelo contador está correto, pois a NBC TSP 03 exige o reconhecimento de provisão sempre que existir obrigação decorrente de evento passado cujo valor possa ser estimado com confiabilidade.

Acerca do tratamento contábil aplicável aos impostos e do regime contábil no setor público, julgue os próximos itens.

45. Sob o enfoque patrimonial, a secretaria de fazenda estadual deve reconhecer a variação patrimonial aumentativa relativa ao IPVA no momento da ocorrência do fato gerador e do respectivo lançamento, independentemente do recebimento do tributo, ainda que a receita

orçamentária correspondente somente venha a ser registrada por ocasião da arrecadação.

A respeito do sistema de custos no setor público, julgue o item a seguir.

46. A obrigatoriedade de a administração pública manter sistema de custos decorre exclusivamente da Lei nº 4.320/1964, cujo art. 99 restringe a apuração de custos aos serviços públicos industriais, razão pela qual os órgãos da administração direta estão dispensados de produzir informação de custos.

Com relação ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e à consolidação das demonstrações contábeis, julgue o item seguinte.

47. O PCASP utiliza um nível específico de desdobramento das contas para identificar as transações realizadas entre entidades do mesmo ente e entre entes distintos (intra e inter orçamentos fiscal e da seguridade social), mecanismo que viabiliza a exclusão das operações recíprocas no processo de consolidação das demonstrações contábeis.

No que concerne às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens que se seguem.

48. Na demonstração dos fluxos de caixa de um estado, os ingressos relativos à cota-parte do Fundo de Participação dos Estados devem ser classificados no fluxo de caixa das atividades de investimento, uma vez que não decorrem da atividade operacional própria da entidade.

49. Um município que tenha apurado déficit de execução orçamentária no balanço orçamentário pode, ainda assim, apresentar superávit financeiro no balanço patrimonial do mesmo exercício, situação em que o MCASP exige a divulgação, em nota explicativa, da parcela do déficit financiada com superávit financeiro de exercícios anteriores.

Em dezembro de 2026, o contador de um município, ao preparar o encerramento do exercício, verificou que a administração tributária havia constituído, por autos de infração lavrados naquele mês, créditos de ISS relativos a serviços prestados em 2026, com vencimento em janeiro de 2027. Para que o Balanço Orçamentário de 2026 apresentasse resultado superavitário, registrou o valor lançado como receita orçamentária de 2026, sob o argumento de que o crédito já estava constituído.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

50. O procedimento do contador está incorreto, pois, embora o lançamento permita o reconhecimento do crédito a receber e da variação patrimonial aumentativa sob o enfoque patrimonial, a receita orçamentária somente pertence ao exercício em que for arrecadada, conforme o regime adotado pela Lei nº 4.320/1964.

ECONOMIA

Amanda Aires

Julgue os itens a seguir, relativos a problemas econômicos fundamentais, microeconomia e macroeconomia.

51. Se a curva de possibilidades de produção de uma economia que produz dois bens é côncava em relação à origem, o custo de oportunidade de produzir unidades adicionais de um dos bens é crescente. Isso ocorre porque os fatores de produção não são igualmente adequados à produção de ambos os bens.

52. Um aumento da taxa de desemprego, sem alteração na tecnologia ou na quantidade de fatores disponíveis, desloca a curva de possibilidades de produção da economia em direção à origem.

53. Considere uma firma maximizadora de lucro que atua em mercados competitivos de bens e de trabalho. Ela contrata trabalhadores até o ponto em que o salário nominal se iguala ao valor do produto marginal do trabalho. Assim, o salário real corresponde à produtividade marginal desse fator.

54. Ao longo de uma curva de demanda linear e negativamente inclinada, a elasticidade-preço da demanda é constante em todos os pontos, pois a inclinação da curva não se altera.

55. Na incidência de um tributo específico sobre as vendas, quanto mais inelástica for a demanda em relação à oferta, maior será a parcela do ônus tributário suportada pelos consumidores, independentemente de o tributo ser legalmente recolhido pelo vendedor ou pelo comprador.

56. Na teoria dos custos de curto prazo, sempre que o custo marginal é inferior ao custo médio, o custo médio é crescente.

57. Um monopolista maximizador de lucro, com custo marginal positivo, não produz no trecho inelástico da curva de demanda que enfrenta.

58. Os bens públicos puros caracterizam-se pela não rivalidade e pela não exclusividade no consumo. Por isso, o livre mercado tende a ofertá-los em quantidade superior à socialmente ótima, o que justifica a intervenção governamental para restringir sua produção.

59. No cálculo do produto interno bruto (PIB) de determinado período, incluem-se o valor das transações com bens usados e o valor das compras de ativos financeiros realizadas pelas famílias.

60. Considere um modelo keynesiano simples de economia fechada, com tributos lump-sum e propensão marginal a consumir igual a 0,8. Nesse modelo, um aumento de R\$ 100 milhões nos gastos do governo, integralmente financiado por um aumento de igual valor nos tributos, eleva a renda de equilíbrio em R\$ 100 milhões.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**FINANÇAS PÚBLICAS***Paulo Portinho*

61. Dois projetos que apresentam os mesmos fluxos nominais totais e as mesmas taxas de desconto necessariamente terão o mesmo VPL, ainda que os recebimentos ocorram em momentos diferentes.
62. A TIR é um critério suficiente para escolher, entre projetos mutuamente excludentes, aquele que gera maior valor econômico, independentemente da escala dos projetos, do prazo ou da existência de fluxos de caixa não convencionais.
63. No mercado secundário ocorre a negociação posterior de valores mobiliários já emitidos, geralmente entre investidores, sem que a operação, por si só, transfira recursos diretamente ao emissor, o que caracterizaria o mercado primário.
64. O investidor que vende uma opção de venda sem possuir o ativo-objeto fica protegido contra uma queda do preço do ativo, pois o comprador da opção assume o risco de mercado.
65. Contratos futuros são padronizados e negociados em ambiente organizado, normalmente sujeitos a margem de garantia e a ajustes diários das posições.

FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

66. Acerca das funções econômicas do Estado e das políticas alocativas, distributivas e de estabilização, julgue o item a seguir.

A concessão de subsídio à produção de vacinas e a regulação das tarifas de distribuição de energia elétrica são exemplos da função alocativa do Estado, ao passo que a tarifa social de energia elétrica, que concede descontos às famílias de baixa renda, e a redução da taxa básica de juros para estimular a demanda em uma recessão exemplificam, respectivamente, as funções distributiva e estabilizadora.

67. A respeito do financiamento dos gastos públicos, da tributação e da equidade, julgue o item que se segue.

Um imposto sobre o consumo cobrado com alíquota única sobre todos os bens e serviços é proporcional em relação à renda dos contribuintes e, por essa razão, atende ao princípio da neutralidade sem prejuízo da equidade vertical.

68. Com relação aos instrumentos das políticas fiscal, monetária e regulatória e aos objetivos da política econômica, julgue o item subsequente.

Em um cenário de recessão com desemprego elevado, a redução da alíquota do recolhimento compulsório sobre depósitos à vista e a ampliação do investimento público em infraestrutura são medidas expansionistas; a primeira é instrumento de política monetária e amplia a capacidade de concessão de crédito dos bancos por meio do aumento do multiplicador monetário, enquanto a segunda é instrumento de política fiscal e atua diretamente sobre a demanda agregada.

69. Julgue o item a seguir, relativo ao conceito e à mensuração do déficit público.

Se, em determinado exercício, um governo apresentar superávit primário de 2% do PIB e despesa líquida com juros nominais de 5% do PIB, seu resultado nominal será deficitário em 3% do PIB; nesse caso, pelo critério acima da linha, adotado pelo Banco Central do Brasil, esse déficit corresponderá à variação da dívida líquida do setor público no período, desconsiderados os ajustes patrimoniais.

70. No que se refere ao financiamento do déficit público e aos seus efeitos sobre a economia, julgue o item seguinte.

De acordo com a hipótese da equivalência ricardiana, o financiamento do déficit público por meio da emissão de títulos, em vez de tributação corrente, mantido o nível de gastos, provoca elevação da taxa de juros e redução do investimento privado (efeito deslocamento), uma vez que a poupança privada não se altera em resposta à queda da poupança pública.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL I

Eduardo da Rocha

71. No dia 20 de determinado mês, uma indústria alagoana recebeu uma máquina destinada ao seu ativo imobilizado e empregada na produção de mercadorias. O documento fiscal idôneo de aquisição indicava R\$ 48.000 de ICMS. Naquele período de apuração, correspondente a um mês completo, o estabelecimento realizou exclusivamente saídas tributadas no mercado interno de R\$ 500.000, exportações de R\$ 300.000 e saídas internas isentas, sem previsão de manutenção de créditos, de R\$ 200.000. Nessas condições, a indústria poderá apropriar R\$ 800 de crédito relativo à máquina já no mês de sua entrada no estabelecimento

72. O Programa Contribuinte Arretado possui caráter temporário e eventual e tem como objetivo balizar as políticas públicas de gestão a serem formuladas e implementadas pela SEFAZ, promovendo a racionalização e simplificação dos procedimentos concernentes ao cumprimento das obrigações tributárias principal e acessórias relativas ao ICMS

73. A Atlântico Veículos Ltda., estabelecida em Maceió, importou um automóvel novo para compor seu estoque de revenda, cujo desembaraço aduaneiro ocorreu em 12 de março. O veículo permaneceu no estoque da empresa até 25 de abril do mesmo ano, quando foi adquirido por Mariana, domiciliada em Maceió, para uso pessoal. Nessa situação, para efeito da primeira tributação pelo IPVA, considera-se ocorrido o fato gerador em 12 de março, na data do desembaraço aduaneiro

74. Em 18 de março de determinado ano, o automóvel de Patrícia sofreu um sinistro com perda total. A efetiva baixa de circulação do veículo junto ao órgão de trânsito ocorreu em 7 de maio do mesmo ano. Atendidos os demais requisitos legais, a isenção do IPVA decorrente dessa perda total alcançará o imposto a partir do mês de junho

75. É imediata a aplicação de convênio ICMS destinado a prorrogar o prazo de vigência de benefício fiscal, uma vez publicada a sua ratificação no Diário Oficial da União, mesmo nos casos de benefício fiscal contemplado em convênio autorizativo incorporado à legislação estadual

76. Por opção do contribuinte, a transferência de mercadoria para estabelecimento pertencente ao mesmo titular poderá ser equiparada a operação sujeita à ocorrência do fato gerador do ICMS, hipótese em que será observada a alíquota interna

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL II*Rafael Rocha (Caverna)*

77. Com base na lei estadual nº 5.077/89, julgue o item a seguir.

Roberto, morador de Roma (Itália), recebeu de herança após o falecimento de seu pai, que era domiciliado em Arapiraca-AL, uma Ferrari, no valor de R\$ 5.000.000,00. Sabendo-se que o inventário foi processado em Milão (Itália), pode-se afirmar que o ITCD será devido a AL, em razão de o bem encontrar-se no Estado.

78. Com base na lei estadual nº 5.077/89, julgue o item a seguir.

Nas transmissões causa mortis, o fato gerador do ITCD ocorre no último dia do mês posterior ao do falecimento do de cujus.

79. Com base da lei estadual nº 6.771/2006, que disciplina o procedimento administrativo tributário no Estado de Alagoas, julgue o item a seguir.

A declaração de obrigação tributária pelo sujeito passivo em documentos de informações econômico-fiscais importa em confissão de dívida e torna constituído o crédito tributário, dotado de natureza não contenciosa, independentemente de prévia notificação ou da instauração de processo administrativo tributário.

80. Com base da lei estadual nº 6.771/2006, que disciplina o procedimento administrativo tributário no Estado de Alagoas, julgue o item a seguir.

Cabe recurso especial ao Pleno do CTE, interposto pelo sujeito passivo, pelo autuante, pelo Procurador da Fazenda Estadual ou pelo Representante Fiscal, quando a decisão de qualquer Câmara divergir do entendimento sobre idêntica questão jurídica manifestada por outra Câmara ou pelo Pleno.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL*Lucas Ianni*

81. Julgue o item a seguir, referente a redes neurais recorrentes.

Na célula de memória de uma rede LSTM, a porta de esquecimento determina quais informações do estado da célula serão descartadas, enquanto a porta de saída define quais informações da entrada atual serão acrescentadas a esse estado.

82. Julgue o item a seguir, referente a modelos generativos e discriminativos.

Uma equipe compara dois classificadores de e-mails: uma Regressão Logística e um Naive Bayes. Em nota técnica, um analista registrou: "O segundo modelo aprende a distribuição conjunta de atributos e rótulos, usualmente a partir de $p(x|y)$ e $p(y)$. Mesmo assim, pode ser usado para classificar, pois a probabilidade do rótulo dado o exemplo é obtida pela razão entre $p(x,y)$ e $p(y)$." Nessa situação, o analista efetuou um registro tecnicamente correto.

83. Um analista aplicou uma etapa de normalização a um corpus de notícias e obteve as seguintes reduções:

'vendemos', 'vendeu', 'venderão' → 'vend'

'universo', 'universidade', 'universal' → 'univers'

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O resultado é típico da stemização, e a redução dos três últimos termos a um mesmo radical ilustra o problema da subgeneralização (understemming).

84. Uma equipe precisa prever a próxima palavra de frases digitadas por usuários, tarefa em que a ordem das palavras altera o sentido do texto.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Para essa tarefa, a equipe deve optar por uma rede feedforward, cuja característica principal é realimentar as próprias saídas como entradas das etapas seguintes, formando uma memória das entradas anteriores.

85. Em uma rede convolucional para classificação de imagens, uma camada de convolução seguida de ativação ReLU produziu o seguinte mapa de características:

1 0 3 2

4 2 0 1

0 5 1 1

2 1 0 6

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Aplicando-se max pooling com janelas 2×2 , sem sobreposição, obtém-se um mapa 2×2 com as linhas (4, 3) e (5, 6), e o achatamento (flatten) desse resultado gera um vetor de quatro valores, apto a alimentar as camadas densas responsáveis pela classificação final.

86. Um tribunal planeja soluções baseadas em LLMs:

(I) classificar petições por assunto, com um modelo da família BERT acoplado a uma cabeça de classificação;

(II) um assistente que redige minutas de despachos a partir de instruções em linguagem natural.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Em (I), o encoder analisa o contexto de forma bidirecional e a cabeça de classificação é ajustada por fine-tuning supervisionado. Em (II), é adequado

um modelo decoder-only, que gera um token por vez de forma autorregressiva.

87. Uma procuradoria quer que um LLM responda a dúvidas de servidores com base em pareceres internos, muitos publicados depois do pré-treinamento do modelo. A solução proposta divide os pareceres em trechos, gera e armazena uma representação vetorial (embedding) de cada trecho. A cada pergunta, calcula o embedding da pergunta, recupera os trechos mais similares e os insere no prompt enviado ao modelo.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A proposta caracteriza a técnica RAG, que incorpora conhecimento externo sem alterar os pesos do modelo, tende a reduzir alucinações sobre temas ausentes do treinamento e, por enviar apenas os trechos relevantes, ajuda a respeitar o limite de contexto e a controlar o custo por tokens.

88. Uma equipe substituiu um modelo baseado em LSTM por um Transformer para analisar documentos longos.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Com a troca, o texto passa a ser processado palavra por palavra, em ordem, pois o Transformer mantém as conexões recorrentes da LSTM e apenas acrescenta a elas o mecanismo de atenção.

89. Um pipeline de PLN processa as frases "Eu canto no coral aos domingos" e "A estante fica no canto da sala", realizando etiquetagem morfosintática (POS tagging) antes da lematização.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Nesse pipeline, a etiquetagem permite que a lematização atribua à palavra "canto" os lemas "cantar" e "canto", respectivamente

90. Ao inspecionar o tokenizador de um LLM, uma analista observou que a palavra "inconstitucionalidade" foi convertida nos tokens ['in', 'constitucional', 'idade'], associados aos identificadores [259, 48213, 7788].

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O processo observado é uma tokenização em subpalavras. Nenhum trecho da palavra é descartado: os afixos tornam-se tokens próprios, cada um com um identificador único no vocabulário, o que permite representar palavras raras combinando partes frequentes.

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Raphael Lacerda

91. Um container Docker executando uma aplicação Java com JDK 8 pode ser deployado sem problemas de compatibilidade em um host Linux configurado exclusivamente com cgroups v2, pois o container runtime abstrai completamente as diferenças entre as versões de cgroups.

92. No Domain-Driven Design (DDD), a camada anticorrupção (Anti-Corruption Layer - ACL) é utilizada para unificar diferentes Bounded Contexts em um único modelo de domínio coeso.

93. Em arquiteturas serverless, o cold start refere-se à latência inicial que ocorre quando uma função é invocada após um período de inatividade, momento em que o provedor precisa provisionar recursos e inicializar o ambiente de execução.

94. No contexto de DevSecOps, tanto SAST (Static Application Security Testing) quanto DAST (Dynamic Application Security Testing) analisam o código-fonte da aplicação em busca de vulnerabilidades, diferindo apenas no momento em que são executados no pipeline.

95. Os testes de integração têm como objetivo verificar se diferentes módulos ou componentes de um sistema funcionam corretamente quando combinados, validando a comunicação e o fluxo de dados entre eles.

96. No Kubernetes, o Kubelet é um componente que executa no Control Plane e é responsável por gerenciar o escalonamento de pods nos worker nodes do cluster.

97. Em APIs RESTful, a negociação de conteúdo (content negotiation) pode ser realizada tanto pelo header HTTP Accept quanto por parâmetros de query string (ex: ?format=json), sendo ambas as abordagens igualmente aderentes às constraints arquiteturais REST definidas por Roy Fielding.

98. O padrão Saga em arquiteturas de microsserviços utiliza transações distribuídas com rollback tradicional de banco de dados para garantir a consistência entre serviços.

99. Considere o seguinte código JavaScript:

```
class Animal {  
  constructor(nome) {  
    this.nome = nome;  
  }  
  
  falar() {  
    return `${this.nome} faz um som.`;  
  }  
}  
  
class Cachorro extends Animal {  
  falar() {  
    return `${this.nome} late: Au au!`;  
  }  
}  
  
class Gato extends Animal {  
  falar() {  
    return `${this.nome} mia: Miau!`;  
  }  
}  
  
const animais = [new Animal("Bicho"), new Cachorro("Rex"), new Gato("Felix")];  
const resultado = animais.map(a => a.falar());
```

O array `resultado` conterá, respectivamente, os valores: ["Bicho faz um som.", "Rex late: Au au!", "Felix mia: Miau!"], demonstrando o comportamento polimórfico em JavaScript, onde o método `falar()` das classes filhas sobrescreve (override) o método da classe pai.

100. Acerca de GraalVM e compilação de aplicações Java, julgue o item a seguir. GraalVM native images possibilitam o deploy de aplicações Java

compiladas ahead-of-time (AOT) e, quando comparadas a uma execução tradicional em JVM com compilação just-in-time (JIT), apresentam maior consumo de memória em tempo de execução, porém com tempo de inicialização significativamente menor.

INFRAESTRUTURA DE TIC

Evandro Vecchia

101. Na computação forense, a geração do valor hash de uma evidência digital antes e depois de sua análise constitui mecanismo suficiente, por si só, para garantir a cadeia de custódia, pois a coincidência dos valores hash comprova que a evidência permaneceu sob controle exclusivo do perito durante todo o período de custódia.

102. Na aquisição forense de um disco rígido, a utilização de bloqueador de escrita tem como finalidade impedir que o sistema responsável pela aquisição grave dados no dispositivo original, preservando seu conteúdo para posterior análise.

103. A realização de uma imagem forense bit a bit de um disco é equivalente à simples cópia dos arquivos visíveis ao sistema operacional, pois ambos os procedimentos reproduzem os dados necessários à recuperação de arquivos excluídos, metadados e informações existentes em setores não alocados.

104. A criptografia e a esteganografia podem ser empregadas como técnicas antforense, mas possuem finalidades distintas. A criptografia busca tornar os dados inacessíveis ou ininteligíveis sem a chave ou mecanismo adequado de decifragem. A esteganografia busca ocultar a própria existência da informação, podendo, por exemplo, inserir dados em outro arquivo de modo a dificultar sua identificação.

105. A aplicação de um procedimento de *wipe* ou sanitização em um disco rígido garante, em qualquer circunstância, a impossibilidade absoluta de recuperação dos dados anteriormente armazenados, independentemente da tecnologia da mídia, do método utilizado e da quantidade de vezes em que os dados tenham sido sobrescritos.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

André Castro

106. Ao migrar uma aplicação para funções executadas em uma plataforma *serverless* gerenciada, a organização transfere ao provedor a administração dos servidores subjacentes, mas permanece responsável pela segurança do código que desenvolve e pela configuração das permissões de acesso aos recursos utilizados pelas funções.

107. Um WAF implantado como *proxy* reverso pode inspecionar requisições HTTP destinadas a uma aplicação e bloquear padrões associados a ataques, como injeção de SQL; esse bloqueio, entretanto, não implica a correção da vulnerabilidade existente no código da aplicação.

108. Na migração de uma rede corporativa para SD-WAN, os enlaces MPLS devem ser substituídos por conexões de acesso à Internet, uma vez que a rede lógica de sobreposição da SD-WAN é incompatível com o transporte MPLS.

109. Em uma arquitetura *zero trust*, a localização de um dispositivo na rede interna da organização não constitui, por si só, fundamento suficiente para autorizar o acesso a um recurso corporativo, ainda que o dispositivo pertença à organização.

110. Ao assinar digitalmente um documento com sua chave privada, o titular de um certificado digital assegura a confidencialidade do conteúdo, pois a

leitura do documento passa a depender do uso da chave pública correspondente.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha

Julgue o item a seguir de acordo com a Constituição Federal/88.

111. Por ter legislação única e uniforme em todo o território nacional, o IBS deverá ser cobrado em Alagoas pela alíquota de referência fixada pelo Senado Federal, sendo vedado ao Estado estabelecer alíquota própria

Julgue os itens 112 a 125 de acordo com a LC 214/25 e com o RIBS.

112. A cessão onerosa do direito de uso de uma marca enquadra-se, para fins do IBS e da CBS, como operação com bem imaterial

113. Quando um bem está sujeito a alíquota específica por unidade de medida, as unidades entregues em bonificação não sofrem a incidência do IBS e da CBS se a bonificação constar do documento fiscal e não depender de evento posterior

114. Duas sociedades empresárias trocam máquinas pertencentes a seus estoques, sem pagamento em dinheiro. Para fins do IBS, o fornecimento realizado por cada uma delas constitui operação distinta

115. Uma empresa sediada em Recife presta serviço de administração de um imóvel situado em Maceió para um proprietário domiciliado em Aracaju. Para fins de determinação do local da operação sujeita ao IBS e à CBS, considera-se Maceió

116. Duas empresas coligadas realizam uma venda por preço muito inferior ao praticado em operações comparáveis entre partes independentes. Nessa situação, a base de cálculo do IBS e da CBS corresponderá ao preço contratado, pois houve pagamento em dinheiro

117. Um site que apenas veicula anúncios de fornecedores, sem intermediar a contratação nem controlar cobrança, pagamento, condições da operação ou entrega, não é considerado plataforma digital para fins das regras de responsabilidade pelo IBS e pela CBS

118. No procedimento simplificado do split payment, o percentual preestabelecido para segregação do IBS e da CBS deve corresponder ao valor dos débitos desses tributos efetivamente incidentes sobre cada operação

119. O contribuinte do IBS que manifesta, até o último dia útil do período de apuração, a intenção de solicitar ressarcimento de eventual saldo a recuperar evita que esse saldo seja utilizado automaticamente para compensar débitos do período seguinte, podendo formalizar o pedido até o último dia útil do mês seguinte

120. Uma empresa estabelecida em Alagoas contrata serviço prestado por fornecedor domiciliado no exterior e consumido integralmente no Brasil. Como a execução do trabalho ocorreu fora do território nacional, a contratação não configura importação de serviço para fins do IBS e da CBS

121. Todo alimento destinado ao consumo humano integra a Cesta Básica Nacional e, por esse motivo, tem as alíquotas do IBS e da CBS reduzidas a zero

122. Uma sociedade cooperativa está submetida, por opção válida, ao regime específico do IBS e da CBS.

Em uma operação, um associado fornece bens à cooperativa de que participa. Em outra, a cooperativa fornece bens a um associado sujeito ao regime regular do IBS e da CBS. Nas duas operações, as alíquotas desses tributos são reduzidas a zero

123. O produto da arrecadação do IBS e da CBS sobre as aquisições de bens e serviços pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS devidos aos demais entes federativos e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante

124. Uma mineradora extrai bem mineral sujeito ao Imposto Seletivo e somente o vende meses depois. Nessa hipótese, o fato gerador ocorrerá na venda, ocasião em que o preço contratado constituirá a base de cálculo do imposto

125. As resoluções aprovadas pelo Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias, a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, vinculam as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

AUDITORIA FISCAL

Tonyvan Carvalho

126. Com relação à Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS/IPI), julgue o item a seguir.

A EFD-ICMS/IPI destina-se exclusivamente às pessoas jurídicas contribuintes do ICMS ou do IPI, não se aplicando às pessoas físicas, ainda que estas estejam inscritas no cadastro de contribuintes do respectivo órgão fiscal.

127. Acerca da EFD-ICMS/IPI, julgue o item subsequente.

A EFD-ICMS/IPI permite que o contribuinte apresente, em formato digital e mediante transmissão via Internet, os registros dos documentos fiscais da escrituração, os demonstrativos de apuração do ICMS e do IPI referentes a cada período de apuração e outras informações de interesse econômico-fiscal.

128. Julgue o item a seguir, acerca da Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS/IPI).

A EFD-ICMS/IPI deve ser gerada e mantida individualmente para cada estabelecimento do contribuinte, devendo conter todas as informações referentes aos períodos de apuração dos impostos a que ele esteja sujeito.

129. Julgue o próximo item, relativo às obrigações associadas à EFD-ICMS/IPI.

A transmissão da EFD-ICMS/IPI pela Internet dispensa o contribuinte da manutenção dos documentos fiscais que deram origem à escrituração, uma vez que as respectivas informações já se encontram registradas no arquivo digital transmitido à administração tributária.

130. No que se refere à Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS/IPI), julgue o item a seguir.

O arquivo digital da EFD-ICMS/IPI deve ser submetido a programa validador disponibilizado pelo SPED, destinado à verificação da consistência das informações prestadas, sendo posteriormente assinado mediante certificado digital do tipo A1 ou A3, emitido por autoridade certificadora credenciada pela ICP-Brasil, e então transmitido.

131. Acerca das regras de validação aplicáveis à EFD-ICMS/IPI, julgue o item seguinte.

A inexistência de regra específica de validação de conteúdo ou de obrigatoriedade para determinado registro ou campo da EFD-ICMS/IPI dispensa o contribuinte de informar os respectivos dados, ainda que estes existam nos documentos fiscais, uma vez que somente são obrigatórias as informações expressamente submetidas às regras de validação do SPED.

132. Em relação à periodicidade da EFD-ICMS/IPI, julgue o item a seguir.

Ainda que a legislação tributária determine que a apuração do ICMS ou do IPI seja realizada em períodos inferiores a um mês, o arquivo da EFD-ICMS/IPI deverá, em regra, ter periodicidade mensal e apresentar as informações relativas ao mês civil ou à fração correspondente.

133. Julgue o item a seguir. No registro 0000 da EFD-ICMS/IPI, a data inicial deve corresponder, obrigatoriamente, ao primeiro dia do mês, e a data final ao último dia desse mesmo mês, inclusive nas hipóteses de início ou encerramento das atividades do estabelecimento.

134. Julgue o item a seguir, acerca da Escrituração Fiscal Digital (EFD-ICMS/IPI).

O arquivo digital da EFD-ICMS/IPI deve conter a totalidade das informações econômico-fiscais e contábeis relativas ao período de escrituração, incluindo situações de exceção à tributação do ICMS ou do IPI, como isenção, imunidade, não incidência, diferimento ou suspensão do recolhimento, com a indicação do respectivo dispositivo legal.

135. Julgue o item a seguir, acerca da prestação e da guarda das informações da EFD-ICMS/IPI.

A transmissão do arquivo digital da EFD-ICMS/IPI dispensa o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações nele constantes, desde que o arquivo TXT transmitido seja armazenado durante o prazo previsto na legislação fiscal.

136. Julgue o item a seguir, acerca da EFD-ICMS/IPI.

O arquivo TXT obtido por meio da funcionalidade de exportação do PVA pode ser utilizado como substituto do arquivo original da EFD-ICMS/IPI transmitido, uma vez que contém, além dos dados da escrituração, a assinatura digital e as informações das tabelas auxiliares existentes na base do PVA.

137. Julgue o item subsequente. Caso o contribuinte extravie o recibo de entrega da EFD-ICMS/IPI, mas ainda possua exatamente o arquivo originalmente transmitido, poderá tentar transmiti-lo novamente, hipótese em que o recibo será novamente gravado.

138. Julgue o item a seguir, acerca da importação de blocos da EFD-ICMS/IPI no Programa de Validação e Assinatura (PVA).

O PVA-EFD-ICMS/IPI permite a importação de bloco estruturalmente completo, desde que a escrituração a ser alterada esteja aberta no programa, sendo que a importação promove a sobreposição de todas as informações anteriormente existentes no respectivo bloco.

139. Para a importação de um bloco da EFD-ICMS/IPI, basta que o arquivo contenha o registro de abertura do bloco, os registros que se pretende incluir e o respectivo registro de encerramento, sendo dispensável a presença do registro 0000, uma vez que a identificação da entidade já consta na escrituração aberta no PVA.

140. Julgue o item a seguir, acerca da EFD-ICMS/IPI e dos novos tributos instituídos pela Reforma Tributária sobre o Consumo.

Embora a EFD-ICMS/IPI não seja utilizada para a apuração da CBS, do IBS e do IS, os valores desses tributos, quando incidentes, devem ser considerados no valor total do documento fiscal escriturado, ressalvada a regra aplicável ao exercício de 2026, mas não devem compor o valor da operação informado nos registros analíticos da escrituração.

CIÊNCIA DE DADOS

Emannuelle Gouveia

141. Em um processo de análise, dados correspondem a registros ainda não contextualizados; quando organizados e interpretados em determinado contexto, podem produzir informação, que, ao ser assimilada e relacionada à experiência e ao entendimento, pode contribuir para a construção do conhecimento.

142. Dados estruturados são organizados segundo um esquema previamente definido, como ocorre em tabelas de bancos de dados relacionais, enquanto dados não estruturados, como imagens, áudios e vídeos, não seguem necessariamente um modelo tabular rígido, embora possam possuir metadados associados.

143. A simples disponibilização de dados na Internet não é suficiente para caracterizá-los como dados abertos, pois sua utilização deve ser acompanhada de condições que permitam acesso, uso, reutilização e redistribuição, observadas as restrições legalmente aplicáveis.

- 144.** Na integração de dados provenientes de fontes distintas, diferenças de formato, estrutura e representação devem ser eliminadas obrigatoriamente na etapa de coleta, pois o armazenamento somente pode ocorrer após a completa padronização dos dados.
- 145.** Metadados correspondem exclusivamente a informações técnicas sobre o formato e o tamanho de arquivos, não abrangendo elementos relacionados à origem, autoria, significado ou contexto dos dados descritos.
- 146.** Em bancos de dados relacionais, uma visão pode apresentar dados derivados de consultas sem necessariamente armazená-los fisicamente como uma tabela independente, enquanto um índice constitui uma estrutura auxiliar destinada a facilitar a localização de registros e pode melhorar o desempenho de determinadas consultas.
- 147.** Em um banco de dados relacional, toda chave estrangeira deve possuir valores únicos e não nulos, pois sua função é identificar de maneira exclusiva cada registro da tabela em que foi definida.
- 148.** Em um banco de dados relacional, a restrição CHECK é utilizada para garantir a unicidade dos valores de uma coluna, impedindo que dois registros armazenem o mesmo valor no atributo ao qual foi aplicada.
- 149.** Na modelagem relacional, um relacionamento muitos-para-muitos entre duas entidades pode ser implementado por meio de uma tabela associativa que contenha chaves estrangeiras referenciando as tabelas relacionadas, podendo a combinação dessas chaves formar a chave primária da tabela associativa.
- 150.** Na modelagem dimensional, a granularidade definida para uma tabela fato determina o nível de detalhe representado por cada uma de suas linhas e deve ser estabelecida de forma compatível com o processo de negócio que será analisado.
- 151.** Na SQL, os comandos GRANT e REVOKE são classificados na sublinguagem DCL, pois permitem administrar privilégios de acesso a objetos e operações do banco de dados, diferentemente de comandos da DDL, empregados na definição de estruturas do esquema.
- 152.** Em uma consulta SQL, a substituição de um INNER JOIN por um LEFT JOIN pode alterar o resultado quando existem linhas da tabela posicionada à esquerda sem correspondência na tabela da direita, pois essas linhas são preservadas pelo LEFT JOIN e recebem valores NULL nas colunas provenientes da tabela sem correspondência.
- 153.** No modelo CRISP-DM, a fase de avaliação ocorre antes da construção dos modelos e tem como finalidade selecionar os algoritmos que serão posteriormente aplicados na etapa de modelagem.
- 154.** Na etapa de pré-processamento, a normalização dos dados tem como finalidade eliminar valores discrepantes da base, removendo automaticamente as observações que se encontram fora do intervalo definido para os atributos analisados.
- 155.** Na análise exploratória de dados, a identificação de uma correlação elevada entre duas variáveis permite concluir que alterações em uma delas são a causa das alterações observadas na outra, dispensando análises adicionais sobre a relação existente.
-

- 156.** Na mineração de dados, regras de associação podem ser utilizadas para identificar itens ou eventos que ocorrem conjuntamente com determinada frequência, sendo métricas como suporte e confiança empregadas na avaliação das relações encontradas.
- 157.** Em mineração de dados, classificação e regressão utilizam dados rotulados para construir modelos preditivos, enquanto a clusterização pode formar grupos a partir da similaridade entre os registros sem exigir classes previamente definidas; regras de associação, por sua vez, buscam identificar relações de coocorrência entre itens ou eventos.
- 158.** Na detecção de anomalias, uma observação identificada como significativamente diferente do padrão predominante deve ser necessariamente eliminada da base, pois sua presença indica erro na coleta ou no registro dos dados.
- 159.** Em um problema de classificação com classes desbalanceadas, a acurácia é suficiente para avaliar isoladamente o desempenho do modelo, pois uma taxa elevada de acertos globais indica necessariamente que as diferentes classes estão sendo corretamente identificadas.
- 160.** Em ambientes de Big Data, o elevado volume de dados é condição suficiente para caracterizar uma solução como Big Data, independentemente da velocidade de geração, da diversidade de formatos e dos desafios envolvidos no processamento e na obtenção de valor a partir desses dados.
-

Discursiva 1

A multiplicação de documentos fiscais eletrônicos, de pagamentos instantâneos e de informações publicadas em meio digital ampliou o acervo de dados à disposição das administrações tributárias. O aproveitamento desse acervo, gerado continuamente e em formatos heterogêneos, depende de conceitos e de arquiteturas próprios, diversos dos empregados nos sistemas convencionais de bancos de dados.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Conceitue Big Data e diferencie dataficação de digitalização.
- b) Analise as cinco premissas que caracterizam o Big Data, relacionando cada uma delas à atividade de fiscalização tributária.
- c) Diferencie as arquiteturas Lambda e Kappa quanto à organização do processamento dos dados.

Resposta em até 30 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Em setembro de 2025, a fiscalização estadual examinou a Atacadão Recôncavo Ltda., comerciante de gêneros alimentícios estabelecida em Feira de Santana (BA) e administrada pelo sócio-gerente Everaldo Pimentel. Com o auxílio de sistema gerenciador de banco de dados, a equipe confrontou os arquivos XML das notas fiscais eletrônicas (NF-e) de março de 2025 com a Escrituração Fiscal Digital (EFD ICMS/IPI) transmitida pela empresa para o mesmo mês.

As 38 NF-e de saída emitidas pela própria empresa e autorizadas naquele mês destacavam ICMS de R\$ 86.400,00. Na escrituração, as mesmas notas, identificadas pelas mesmas chaves de acesso, somavam ICMS de R\$ 61.900,00. Nas entradas, a NF-e nº 7.215, emitida em 12/3/2025 pela Distribuidora Paraguaçu S.A., destacava ICMS de R\$ 14.600,00, e a empresa lançou crédito de R\$ 23.600,00 relativo a esse documento. Outra NF-e, de 20/3/2025, referente a material de escritório e a uniformes para os empregados do depósito, destacava ICMS de R\$ 3.150,00, escriturado sem diferença e aproveitado integralmente como crédito.

Intimado, Everaldo Pimentel sustentou, em 15/10/2025, que o sistema de gestão da empresa e a contabilidade conferem com a escrituração transmitida e que, por isso, o exame dos arquivos das notas seria dispensável. Acrescentou que a nota do material de escritório foi lançada exatamente como emitida, o que afastaria qualquer questionamento.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- Examine a situação constatada nas saídas de março de 2025, indicando o procedimento que a evidencia e o efeito sobre o imposto a recolher.
- Analise os créditos apropriados em relação às duas notas de entrada descritas, diferenciando o tipo de verificação que alcança cada uma delas.
- Avalie os argumentos apresentados por Everaldo Pimentel e determine o impacto total apurado no período.

Resposta em até 30 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 3

A Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), reservou capítulo próprio à dívida e ao endividamento dos entes da Federação. Ao lado das resoluções do Senado, o diploma disciplina o que compõe o estoque da dívida, o modo de aferir sua compatibilidade com a capacidade financeira de cada ente e as consequências de sua expansão além do que a ordem jurídica admite.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Discorra sobre o conceito de dívida pública consolidada adotado pela LRF e sobre a fixação e a verificação dos limites aplicáveis aos estados.
- b) Examine o regime a que se submete o ente cuja dívida consolidada ultrapasse o respectivo limite ao final de um quadrimestre.
- c) Analise as situações em que a LRF altera a aplicação ou a contagem dos prazos desse regime.

Resposta em até 30 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 4

A Distribuidora Norte Paranaense Ltda., de Londrina (PR), revende produtos de limpeza. Em agosto de 2026, a diretora financeira Sabrina Okada conferiu os dados do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) de duas vendas. Os valores adiante excluem ICMS, PIS/Pasep e Cofins.

Na primeira, fechada por telefone em 10/8/2026, a rede Supermercados Alta Paulista Ltda., sediada em Curitiba (PR), pediu a entrega em sua loja de Presidente Prudente (SP). A nota fiscal registrou R\$ 120.000,00 em mercadorias, abatimento de R\$ 6.000,00, frete de R\$ 3.500,00, pelo transporte feito por empresa contratada pela distribuidora, e seguro da carga de R\$ 500,00. O pedido previu desconto de R\$ 2.280,00 caso o pagamento ocorresse até 25/8/2026. A distribuidora pagou ainda, a pedido da rede, a estadia do lote num armazém de Londrina, que emitiu a nota em nome da cliente, e dela recebeu R\$ 2.000,00 de reembolso.

Na segunda, em 18/8/2026, a Atacadista Pantanal Ltda., de Dourados (MS), comprou R\$ 40.000,00 em mercadorias, em quatro parcelas, com juros de R\$ 1.600,00 cobrados pela distribuidora, e mandou buscar a carga por transportadora que contratou, informando ao motorista o destino Dourados. Na planilha, Sabrina indicou Londrina como local das duas vendas e lançou como bases R\$ 113.720,00 (mercadorias menos os dois descontos, mais o reembolso) e R\$ 40.000,00.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Determine o local de cada uma das duas operações, apreciando o critério adotado por Sabrina Okada.
- b) Examine o tratamento que os dois descontos e o reembolso devem receber na primeira venda.
- c) Indique a base de cálculo do IBS e da CBS de cada venda, justificando o enquadramento das demais parcelas cobradas pela distribuidora.

Resposta em até 30 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>